

INTRODUÇÃO

Carlos Nuno Castel-Branco

Este é o oitavo número da série *Desafios para Moçambique*, iniciada pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) em 2010, e tem como objectivo principal promover e informar o debate sobre temas de interesse intelectual, social e político para Moçambique, valorizando a investigação social e económica realizada no IESE, pelos seus investigadores permanentes e associados, e realizada por outras instituições e investigadores, nacionais e estrangeiros, empenhados na produção, na comunicação e no debate do conhecimento relevante para Moçambique.

Este número tem a particularidade de ser lançado no ano do décimo aniversário da fundação do IESE. Há dez anos, na sessão de abertura da conferência inaugural do IESE, a 19 de Setembro de 2007, foi definido o que se queria que o instituto fosse: uma instituição comprometida com investigação social e económica pluralista, heterodoxa e interdisciplinar, com enfoque no rigor e na qualidade académica e na relevância e no compromisso social do seu trabalho, aberta à colaboração e cooperação e dedicada a contribuir para o desenvolvimento de redes de investigadores e de organizações de investigação que estudam Moçambique ou temas relevantes para Moçambique e para a sua integração na África Austral e no mundo.

Na mesma conferência inaugural, identificámos alguns dos principais desafios da pesquisa social e económica em Moçambique. O primeiro era garantir a sua relevância social. No espírito da *praxis*, a pesquisa social é uma forma de intervenção social através da qual a teoria, a análise e a acção se informam continuamente. A sua relevância social provém da oportunidade e do alcance das temáticas, da adequação das abordagens e das metodologias às questões a serem tratadas, da ligação entre a pesquisa e o ensino e de uma estratégia agressiva de publicação e debate. O segundo era manter o rigor teórico, metodológico e analítico, apesar da pressão para simplificar e para adoptar novas modas académicas e políticas que muitas vezes não têm fundamento intelectual. O terceiro era o desenvolvimento de uma cultura e prática de colaboração, cooperação e partilha entre as instituições de pesquisa, o que requeria meios e recursos, mas, acima de tudo, interesse, complementaridade, empenhamento com temas comuns, heterodoxia interdisciplinar e visão.

O quarto desafio ligava-se às relações com o poder político e económico. Era necessário desmistificar o sentido de crítica social e investigação, pois em muitas esferas da sociedade e do poder, o debate crítico, a contradição e tensão entre ideias e abordagens, o surgimento de iniciativas não oficiais ou não controladas, a própria ideia da necessidade do estudo, eram vistos com receio e como ameaça. Ideias diferentes eram atacadas por serem diferentes, independentemente dos seus méritos. Para além de outros factores de natureza política, esta situação estava relacionada com a fraca cultura intelectual, científica e de debate crítico em que o País vivia. Quando a burocratização do pensamento se transforma em valor e em cultura e penetra em todas as esferas da sociedade, na educação, nas relações sociais, nas discussões de trabalho, a mediocridade institucionaliza-se, pois só esta é consistente com a recusa de estudar, de criticar, de explorar novas opções, de pensar e de perguntar antes de aceitar, de assumir ou de julgar. O desenvolvimento é um desafio contínuo ao que está estabelecido, às verdades que outrora foram inovações, aos nossos limites e capacidades, à ignorância ainda desconhecida, aos valores que são produto da história, às expectativas e ambições de cada um e da sociedade. A sociedade não se desenvolve por mera repetição. O conhecimento e o direito de o buscar, questionar, criar e utilizar não são propriedade privada de ninguém.

Como é evidente, pensar social e económico é pensar político. Todos os cidadãos, incluindo os cientistas sociais, têm o direito de pensar o seu país, a sociedade e os problemas a resolver, de pensar as soluções, de criar novas perspectivas e abordagens. De facto, todos os cidadãos, incluindo os cientistas sociais, têm o dever de contribuir para o desenvolvimento amplo da sociedade motivado por uma cultura social e por uma governação pública democráticas, criativas e inclusivas. Isto é, todos os cidadãos têm o direito e o dever de pensar político, e é essa *praxis* que faz deles e delas cidadãos e cidadãs capazes de respeitar e de mudar o seu mundo. O IESE foi formado para enfrentar estes desafios, não apenas para os reconhecer. A sua influência no debate político e no desenvolvimento conceptual ao nível académico, dentro e fora do País, atestam a sua relevância, o rigor do seu trabalho, a sua capacidade de comunicação e o valor das redes de colaboração entretanto criadas. Neste contexto, a série *Desafios para Moçambique* tem sido instrumental para ligar a investigação, o ensino e a informação do debate público, tendo, por mérito próprio, ficado a marca principal da reputação e representação do IESE e uma plataforma privilegiada para formar redes de investigação e para divulgação e debate da pesquisa.

Os dez anos do IESE coincidiram com um período particularmente problemático da história contemporânea de Moçambique, o qual foi marcado pelo endurecimento da intolerância política e do ataque à liberdade de expressão, pelo retorno à confrontação militar, pela institucionalização da expropriação do Estado e da sociedade por via tanto da aceleração da privatização dos recursos estratégicos públicos (como a terra e os recursos minerais-energéticos e florestais, e infra-estruturas económicas vitais) como do meteórico endividamento público

associado às várias formas de protecção do Governo aos interesses do grande capital nacional e multinacional. Naturalmente, durante este período estalou a maior crise económica e financeira das últimas três décadas, que foi agravada pela descoberta da intencional e sistemática violação, pelo Governo, da Constituição da República e da legislação e procedimentos de gestão competente, transparente e rigorosa das finanças públicas. As dívidas ilícitas, como são popularmente conhecidas, descredibilizaram as instituições nacionais perante a sociedade e o mundo. O debate sobre como lidar com a crise económica e com a componente ilícita da crise financeira continua, mas já são visíveis as suas marcas, por via do impacto da austeridade social, na deterioração dos níveis de vida, na redução da actividade das pequenas e médias empresas, na contracção do investimento privado e na geração de estímulos à actividade especulativa. Nestes dez anos, o número de pobres no País aumentou em cerca de dois milhões de pessoas (embora a percentagem da população considerada pobre tenha diminuído) e a eficácia do crescimento económico em reduzir pobreza baixou de tal modo que a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento económico em Moçambique é um terço da média da África Subsaariana. No mesmo período, o número de milionários nacionais duplicou, em grande medida por causa do acesso privilegiado e exclusivo às rendas geradas pela expropriação sistemática do Estado e da sociedade e pela especulação dos recursos estratégicos nacionais em aliança com o capital multinacional.

Sinais de mudança são ainda tímidos e contraditórios, com o País focado na questão da pacificação da sociedade, no desafio da descentralização democrática e na discussão dos caminhos para sair da crise económica e financeira com uma perspectiva de reestruturação profunda dos padrões de produção, emprego e distribuição.

Nestas circunstâncias, o tema genérico deste número do *Desafios para Moçambique*, aproveitando-se do tema central da conferência inaugural do IESE, são os desafios para a investigação social e económica – dez anos depois. Assim, o livro procura fazer um balanço do contributo intelectual do IESE, localizando a sua investigação no contexto mais geral da literatura e do debate sobre os temas focados, identificando o ciclo de investigação em que cada tema se encontra, sistematizando os contributos intelectuais e para o debate público nacional, e visualizando os caminhos futuros da investigação do IESE.

Como é habitual, o livro está organizado em quatro secções, nomeadamente «Política», «Economia», «Sociedade», e «Moçambique no Mundo», e contém quinze artigos produzidos por catorze investigadores permanentes e associados do IESE.

A secção «Política», formada por três artigos, começa com um olhar para a abstenção eleitoral em Moçambique em 2014. Desde 2004, os processos eleitorais de nível nacional têm sido caracterizados por uma elevada taxa de abstenção, com mais de metade dos eleitores a optarem por não votar. A questão da abstenção é, pois, incontornável no estudo do comportamento eleitoral em Moçambique. Este artigo apresenta uma primeira tentativa de perceber quem são

os abstencionistas e quais são os principais factores que conduzem à abstenção. Os dados foram obtidos através de um inquérito por questionário conduzido por uma equipa de pesquisa do IESE em 2015. A pesquisa abrangeu os distritos de Manjacaze e Murrupula, bem como a cidade da Beira. O segundo artigo discute descentralização e conflito em Moçambique e os desafios da construção do Estado. No artigo, a descentralização surge não só como um mecanismo que pode conduzir ao aprofundamento da democracia e ao melhoramento na provisão de serviços públicos mas também, e sobretudo, como um mecanismo fundamental de integração da heterogeneidade e das diferenças no processo da construção do Estado e minimização da ocorrência de contestação violenta do Estado, na medida em que, ao devolver o poder para o nível local, a descentralização favorece a partilha do poder e aumenta a possibilidade dos diferentes partidos políticos de participarem no processo da construção das instituições. Mas em que medida responde o actual processo de descentralização, em curso no País desde os anos 1990, aos problemas da construção do Estado, numa perspectiva da integração das diferenças e heterogeneidade? Em que medida pode a descentralização jogar um papel relevante na gestão do conflito político em Moçambique? De que modelo de descentralização precisa o País para fazer face a diferentes tipos de clivagens presentes na sociedade moçambicana? Com base em pesquisas anteriores, este artigo procura responder a estas perguntas. O terceiro artigo analisa o percurso histórico e a experiência política dos partidos libertadores na África Austral, nomeadamente aqueles movimentos políticos internos que conduziram as lutas armadas de libertação nacional, como são os casos da Frelimo, do MPLA, da SWAPO, do ANC e da Zanu e Zapo. Este artigo, numa perspectiva regional, mas sem pretensão de abordagem comparativa, discute alguns dos desafios que se impõem nos países da região, mas com enfoque em Moçambique, na transição dos movimentos de libertação para partidos políticos com responsabilidade na governação e na construção de Estados e sociedades democráticas.

A secção «Economia» é formada por oito artigos, dispostos numa sequência lógica. O primeiro é sobre o método de pesquisa, explicando a abordagem de economia política que foi adoptada¹ e como é que foi adaptada ao estudo da economia política de Moçambique, enfatizando a importância de focar no todo e na essência, de separar essência e aparência, sem negligenciar a validade das manifestações concretas da essência, e de localizar o debate nas condições históricas concretas dos processos económicos e sociais em análise. O segundo artigo explora as crises económicas das últimas seis décadas, discute a literatura e como nela as crises são tratadas, identifica traços comuns das crises, que, não sendo a sua essência, dela fazem parte, e mostra os limites destas críticas tradicionais. Este texto parte, então, para a descrição dos mecanismos de crise na economia moçambicana e como estes estão interligados com o circuito, as estruturas

¹ Ao contrário do que é afirmado por alguns autores, a necessidade de explicar qual é a abordagem de economia política escolhida já é, em si, um reconhecimento da existência de outras abordagens de economia política, mesmo que sejam diferentes e discordantes com a que foi adoptada nesta análise.

e as dinâmicas de acumulação e capital. O artigo termina com duas questões: se o modo de acumulação descrito é tão problemático, de onde vem e porque persiste e se reproduz? Será que diferenças de interpretação das lições das crises anteriores são suficientes para explicar a resiliência do modelo económico, ou haverá factores estruturais, historicamente localizados, que fornecem explicações mais profundas e objectivas? Estas questões são retomadas no sétimo artigo desta secção. O terceiro artigo discute a relação entre o modo particular de acumulação capitalista em Moçambique e as características das estruturas produtivas desenvolvidas nas últimas duas décadas, tendo enfoque na análise e inter-relação da produção e das estruturas comercial e de investimento, as características e dinâmicas na indústria transformadora, e a interacção entre fornecedores nacionais e megaprojectos de IDE. O texto argumenta que a economia de Moçambique segue uma trajectória que, em vez de transformar, reforça e agrava padrões de dependência, instabilidade e crise, o que é evidenciado pela sua contínua especialização num leque menor de actividades e em produtos primários, motivada por maior concentração no núcleo extractivo da economia, e pela desindustrialização prematura, embora o PIB e o investimento continuem a expandir-se. O quarto artigo discute a integração da força de trabalho, por várias e diversificadas formas, nos processos de acumulação capitalista em Moçambique. Estudando estruturas produtivas específicas e os processos de acumulação associados a estas estruturas, o artigo procura analisar três questões fundamentais: a natureza dos mercados de trabalho rurais, a relação entre estruturas produtivas e de acumulação e as possibilidades e tensões em torno das possibilidades de gerar emprego maciço e decente, a base de rentabilidade das empresas e como esta se reflecte nas relações e condições de trabalho ao nível das unidades produtivas. O quinto artigo dá continuidade ao argumento de que as estruturas da economia de Moçambique tornam as políticas macroeconómicas expansionistas inconsistentes entre si e com os problemas da economia que as mesmas pretendem resolver, está focado na análise de três inconsistências fundamentais (dentro da política monetária, entre a política monetária e as estruturas produtivas e entre a política monetária e a política fiscal), e desenvolve o argumento de que as políticas monetárias protegem o sistema financeiro em detrimento dos sectores que necessitam de crédito doméstico (em especial o sector produtivo). O sexto artigo pretende explicar as origens e os contornos de uma das manifestações mais dramáticas da crise estrutural da economia moçambicana, nomeadamente a formação, explosão e implosão da bolha económica. Na prática, o texto mostra como as questões analisadas nos artigos anteriores desembocam na maior crise económica do País das últimas três décadas. O sétimo artigo começa pelas interrogações levantadas no fim do segundo (Se o modo de acumulação descrito é tão problemático, de onde vem e porque persiste e se reproduz? Será que diferenças de interpretação das lições das crises anteriores são suficientes para explicar a resiliência do modelo económico, ou haverá factores estruturais, historicamente localizados, que fornecem explicações mais profundas e objectivas?) para desenvolver o argumento sobre a

lógica histórica do modelo de acumulação capitalista em Moçambique, voltando à problemática dos processos e dilemas de acumulação primitiva de capital, o argumento «nacionalista» e as condições da «revolução capitalista», o papel do Estado, o contexto neoliberal e de financeirização regional e global do capitalismo, e a interdependência entre o capital nacional e as dinâmicas do capital multinacional e monopolista, tanto regional como global. O oitavo artigo aponta para opções de investigação para o futuro, construídas sobre a análise do estado actual da nossa pesquisa e sobre novas questões concretas que a trajetória e as opções da economia nos vão colocando.

A terceira secção, «Sociedade», contém dois artigos. O primeiro discute o gerontocrescimento e o envelhecimento populacional em África, revelando a relevância e o alcance da pesquisa do IESE sobre esta temática ao longo dos anos, contextualizando o debate sobre o gerontocrescimento *versus* envelhecimento populacional, na pesquisa realizada pelo IESE, e insistindo, de forma mais assertiva e específica, na premência de se romper com a indiferença intelectual e o silêncio político em relação às dinâmicas e aos processos estruturantes e fundamentais das mudanças demográficas. O artigo faz uma discussão sobre os instrumentos metodológicos e modelos analíticos, uma análise empírica da questão do gerontocrescimento *versus* envelhecimento populacional e sua importância para se entender a sobre-representação dos países africanos de baixa renda na cauda do desempenho no que diz respeito às condições de vida dos idosos, ilustra empiricamente a armadilha da transição demográfica, e conclui com uma discussão de aspectos que podem fortalecer o alcance explicativo do IGG, quer por via do reforço do seu alcance analítico quer pela sua inserção numa abordagem mais abrangente.

O segundo artigo discute a problemática da transição de salários mínimos sectoriais para um salário mínimo nacional na África do Sul, e procura ligar o debate aí ocorrido com questões semelhantes em Moçambique. Com base na pesquisa realizada pela Iniciativa de Investigação sobre Um Salário Mínimo Nacional (NMWRI) da Universidade de Witwatersrand – o grupo de investigação principal que apoiou a introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul –, este texto apresenta algumas das questões-chave levantadas durante os debates, contextualizando os salários mínimos numa perspectiva do mercado de trabalho sul-africano e do actual sistema sectorial, fornecendo uma panorâmica das evidências relativas às potenciais consequências de um salário mínimo nacional para o emprego, a pobreza e a desigualdade, analisando os parâmetros de referência para definir e ajustar o nível do salário mínimo nacional, explorando o processo de transição de um sistema sectorial de fixação de salários para um salário mínimo nacional, dando atenção especial ao papel dos escalões, exclusões e isenções.

A quarta secção, «Moçambique no Mundo», é composta por dois artigos, ambos discutindo perspectivas moçambicanas sobre as relações entre Moçambique e o Brasil. O primeiro artigo discute Moçambique e a crise político-económica brasileira. Argumentando que a relação Moçambique-Brasil é um caso emblemático para compreender não só o engajamento do Brasil mas

também o impacto da crise político-económica brasileira no continente africano, o artigo começa por descrever a presença brasileira em África para depois discutir o impacto da sua crise político-económica no continente a partir do estudo do caso de Moçambique. O segundo artigo aborda o tratamento que o IESE tem dado à Cooperação Sul-Sul (CCS) brasileira. O artigo mapeia as publicações sobre CSS realizadas pelo IESE, entre os anos de 2010 e 2016, de forma a poder analisar e identificar as contribuições teóricas e práticas que a instituição construiu em torno da Cooperação Sul-Sul brasileira no sector agrícola e conclui sobre a necessidade de estreitar as relações e o diálogo entre académicos e investigadores brasileiros e moçambicanos nesta área de estudo.

Como seria de esperar de uma instituição que se define como heterodoxa, pluralista e interdisciplinar, os artigos deste livro seguem diferentes enfoques, metodologias e abordagens, que reflectem a diversidade do IESE e das suas direcções e redes de investigação, bem como a riqueza do contributo da investigação social e económica para identificar, interrogar, estudar e enfrentar os desafios de Moçambique. Esta diversidade, que por vezes resulta em tensões e conflitos de abordagem e análise, é, também, uma das contribuições intelectuais e culturais importantes dos dez anos do IESE.